



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCAS STEFANO DA COSTA AMORIM

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO GT 21 - EDUCAÇÃO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS DA ANPED (2013-2023)**

BRAGANÇA (PA)

2025

LUCAS STEFANO DA COSTA AMORIM

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO GT 21 - EDUCAÇÃO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS DA ANPED (2013-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na forma de artigo científico à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Me. Antônio Matheus do Rosário Corrêa

BRAGANÇA (PA)

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A.524e Amorim, Lucas Stefano da Costa.
Estado do Conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais da ANPed (2013-2023) / Lucas Stefano da Costa Amorim. — 2025.
39 f.

Orientador(a): Prof. Me. Antônio Matheus do Rosário Corrêa
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação, Bragança, 2025.

1. Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira .
2. Educação e Relações Étnico-Raciais . 3. Estado do conhecimento . I. Título.

CDD 370.110981

LUCAS STEFANO DA COSTA AMORIM

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO GT 21 - EDUCAÇÃO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS DA ANPED (2013-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na forma de artigo científico à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Me. Antônio Matheus do Rosário Corrêa

Data de Aprovação: 10/10/2025

Conceito: Excelente (E)

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Me. Antonio Matheus do Rosário Corrêa
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinadora - Dr.^a Ana Paula Vieira e Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinador - Me. Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz
Universidade Federal do Pará (UFPA)

À minha mãe, Izabel Costa, por todo apoio;
Ao meu orientador, Prof. Me. Antonio Matheus;
Aos amigos/irmãos Klayton Daniel, Milan Emanuel, Sandro Alex,
Everton Vinícius e Wilma Sousa.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Izabel Ferreira da Costa, por tudo.

Ao meu orientador, Prof. Me. Antônio Matheus do Rosário Corrêa. Sua paciência, confiança e erudição foram fundamentais para que este Trabalho de Conclusão de Curso chegasse à qualidade necessária para defesa pública.

À Klayton Daniel Freitas Vieira, que com sua proatividade e ânimo inabaláveis deu gás para que vários trabalhos pudessem ser encaminhados. Obrigado por confiar e me incentivar efusivamente quanto à diversas instâncias da vida, mesmo quando o meu senso de autocrítica problemático não me permitia ver o quão bom eu sou em certas coisas. Obrigado também pelos múltiplos empréstimos do seu *notebook* que tornaram esse trabalho de conclusão de curso possível e no qual redijo esses agradecimentos.

À Milan Emanuel Mesquita da Paixão, que com seu senso de análise e empatia invejáveis me inspiraram a ser um acadêmico e um ser humano melhor. Mesmo quando a sua própria vida lhe impunha sofrimentos inconfessáveis, a sua postura firme e humor caótico ajudaram a manter a coesão do nosso quarteto e a leveza da experiência da graduação em Pedagogia.

À Sandro Alex Miranda Cunha, pela sensibilidade e longas conversas presenciais e pelas redes sociais que foram o fundamento e o guia para a minha mudança enquanto pessoa. A sua honestidade, coragem e humildade foram o incentivo para que a cada dia eu tivesse a garra de por em prática a construção de uma versão melhor de mim mesmo. Em relação a ti posso dizer que quando entrei na Pedagogia havia ganho um colega. Saio dela hoje com a certeza de ter sido presenteado com um irmão.

Aos amigos (e casal) de longuíssima data Lylian Joyce Santos e Anacleto Ribeiro Costa Neto, pelo reaparecimento mesmo que breve por ocasião da estadia em Bragança do segundo para cursar a disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia. Sempre bom trabalhar contigo, Neto. O destino de ambos é grande e fico honrado de poder acompanhar cada passo dessa jornada.

Ao casal Everton Vinícius e Wilma Sousa pelas tardes de domingo pontuadas por descontração, pipoca, jogos do Flamengo e visitas para a minha afilhada Astrid (a gata da família). Esses momentos foram essenciais para que a minha sanidade fosse mantida no lugar. Ao amigo Everton Vinícius ressalte para o exemplo de hombridade que ele inspira para que eu possa ser um homem e um ser humano honrado e melhor.

À turma de Pedagogia 2020 pela convivência nesses cinco anos de graduação que ajudaram a fomentar um Lucas Stefano mais humano. Ao nosso líder de turma Bruno Lima Silva, pela competência acadêmica e prestatividade inspiradoras. A experiência no Núcleo de Didática e Inclusão certamente foi mais leve graças ao senhor.

Aos pesquisadores brasileiros citados neste trabalho por terem tornado essa pesquisa possível e mostrar que a luta contra o racismo, o preconceito, injustiças e pela garantia do direito á educação deve ser constante, enfática e incansável. O Brasil do futuro se constrói no presente e certamente vocês fazem parte dos edificadores dessa nação possível. Muito Obrigado.

*“A nobreza da corte é de ébano
Tem o mesmo sangue que o seu
Ergue o punho, exige igualdade
Traz de volta o que a História escondeu*

*Foi-se o açoite e a chibata sucumbiu
Mas você não reconhece o que o negro construiu (bis)*

*Quem é sempre revistado é refém da acusação
O racismo mascarado pela falsa abolição
Por um novo nascimento, um levante, um compromisso
Retirando o pensamento da entrada de serviço*

*Versos para Cruz, Conceição no altar
Canindé, Jesus, oh Clara!
Nossa gente preta tem feitiço na palavra
Sou o Brasil que não se cala” (bis)*

Trecho do Samba Enredo do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis

2022

Intitulado “Empretecendo o Pensamento é a voz da Beija-Flor” (Autores: Diego Rosa, Manolo

Júlio Assis, Beto Nega, Leo do Piso e J. Velloso)

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO GT 21 - EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA ANPED (2013-2023)

Lucas Stefano da Costa Amorim¹

Antônio Matheus do Rosário Corrêa²

RESUMO

Este artigo possui como objetivo investigar o Estado do Conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais de Reuniões Nacionais da ANPED entre 2013 e 2023. O método se fundamenta na perspectiva teórico-metodológica do Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), com aplicação de levantamento bibliográfico de trabalhos publicados que se adequassem à temática proposta junto aos Anais das Reuniões Nacionais da ANPED. Foram localizados 191 trabalhos, dos quais 12 contemplam à nossa pesquisa. A pesquisa teve por resultados a catalogação, categorização e análise do estágio atual do conhecimento sobre Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana. Na catalogação foram mapeados os trabalhos que contemplaram a nossa pesquisa de acordo com os descritores selecionados, bem como analisadas informações como instituição de ensino superior, região de origem e presença ou ausência de parceria de fomento. Quanto à categorização procedemos com a elaboração de três categorias de análise intituladas *Implementação da lei nº10.639/03*, *Perspectivas discentes* e *Práticas docentes*. Estas categorias nos permitiram perceber aproximações e distanciamentos teóricos e metodológicos entre os trabalhos bem como refletirmos sobre a constituição dos objetos de estudo e resultados das pesquisas com relação ao nosso trabalho. A análise do estágio atual do conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos mostrou que os estudos culturais enquanto perspectiva teórica, a pesquisa qualitativa com o uso de entrevistas e grupos focais quanto a metodologia constituem os principais caminhos de análise sobre o tema nos trabalhos levantados. Concluimos que o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana ainda se encontra em processo de consolidação no Brasil, mesmo 22 anos após a promulgação da lei nº 10.639/03 e que, apesar das práticas exitosas de alguns docentes e da publicização da temática por meio das pesquisas analisadas, ainda carece de um enfático esforço para a sua concretização.

Palavras-chave: Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira; Educação e Relações Étnico-Raciais; Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

This article aims to investigate the State of Knowledge on the Teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture in Working Group 21 - Education and Ethnic-Racial Relations of ANPed National Meetings between 2013 and 2023. The method is based on the theoretical-methodological perspective of the State of Knowledge (Morosini, Kohls-Santos, Bittencourt, 2021), applying a bibliographic survey of published works that fit the proposed theme in the Proceedings of ANPed National Meetings. A total of 191 works were located, of which 12 were included in our research. The research resulted in the cataloging, categorization, and analysis of the current state of knowledge on the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. During the cataloging, the works that covered our research were mapped according to the selected descriptors, as well as information such as higher education institution and region of origin, presence or absence of a funding partnership. Regarding categorization, we proceeded with the development of three categories of analysis entitled "Implementation of Law No. 10.639/03," "Student Perspectives," and "Teaching Practices." These categories allowed us to identify theoretical and methodological similarities and differences between the studies, as well as to reflect on the constitution of the objects of study and research results in relation to our work. The analysis of the current state of knowledge on the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture

¹ Concluinte do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação (FACED). Licenciado em História pela UFPA, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de História (FAHIST). E-mail: lucasoftcg@gmail.com

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Licenciado em Pedagogia pela UFPA, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação (FACED). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Currículo, Formação de Professoras(es) e Infâncias na Amazônia (NEAFRO/UFPA). E-mail: matheuscorrea@ufpa.br.

showed us that cultural studies as a theoretical perspective, and qualitative research using interviews and focus groups as a methodology, constitute the main approaches to analyzing the topic in the studies analyzed. We conclude that the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture is still in a process of consolidation in Brazil, even 22 years after the enactment of Law No. 10.639/03. Despite the successful practices of some teachers and the publicization of the topic through the research analyzed, it still lacks emphatic effort to achieve its concreteness.

Keywords: Teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture; Education and Ethnic-Racial Relations; State of Knowledge

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Estado do Conhecimento sobre o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, no Grupo de Trabalho (GT) 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, em Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd)³ entre os anos de 2013 e 2023. Nesse cenário, o contato com a temática ocorre em dois marcos atinentes aos cursos de licenciatura em Pedagogia e História, os quais foram fundamentais para tessituras dialógicas e epistemológicas no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

O primeiro marco diz respeito à estudos e debates nos componentes curriculares *História da África*⁴ e *História e Cultura Africana e Afro-brasileira*⁵ no curso de Licenciatura em História no ano de 2016. O contato com estudos de Silva (2003), Lovejoy (2002) e Thornton (2004) contribuíram para compreensão aprofundada e crítica dos múltiplos atores e relações envolvidas na consolidação e manutenção do tráfico transatlântico de africanos escravizados para as Américas, bem como Reis (1991) ao elucidar que a escravidão não era caracterizada pela submissão do negro e contava com diversas práticas de resistência frente ao sistema colonial.

O segundo marco ocorreu na *I Sessão de Estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Étnico-Raciais, Currículo, Formação de Professores(as) e Infâncias na Amazônia* (NEAFRO) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com participação da turma

³ Fundada em 16 de março de 1978, a associação buscou firmar compromisso com a produção, o debate e a divulgação científica na área de Educação, bem como aperfeiçoamento constante dos profissionais da área em caráter nacional e regional através das suas reuniões (ANPEd, 2025, s/p).

⁴ A ementa deste componente curricular trata da “África nos relatos e na historiografia ocidental. Diversidade da presença humana no ambiente africano desde a chamada pré-história, discutindo as civilizações e sociedades africanas. Representações do mundo, conhecimentos técnicos, práticas culturais. Estudo das sociedades africanas envolvidas e efetivadas pelo tráfico de escravos inaugurado na Idade Moderna. Conformação da Afro-América. Mestiçagem na perspectiva da História Cultural. Estudo e análise: das abordagens teóricas e metodológicas encontradas no ensino; dos diversos materiais didáticos e das práticas avaliativas. Prática docente em História” (UFPA, 2012, p. 73)

⁵ Esse componente curricular aborda na ementa a “Etnia, cultura e democracia: o Atlântico negro. África e o Brasil africano: as origens africanas da cultura brasileira, suas formas de expressão e as questões que envolvem a sua aceitação. Elaboração de materiais didáticos e pesquisas sobre as culturas africanas e afro-brasileiras. Prática docente em História” (UFPA, 2012, p. 73).

de Pedagogia 2020 (Extensivo/Noturno) durante o componente curricular Planejamento Educacional no ano de 2023. Na oportunidade, ocorreu um diálogo sobre o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Fanon (2008), que proporcionou conhecimentos acerca do processo de formação da identidade negra no contexto do erodimento dos impérios coloniais europeus pelo mundo e, sobretudo, nos continentes africano e arquipélago da Martinica.

Esses marcos formativos incorrem em uma postura política, ética e epistêmica de afirmação do compromisso profissional do pedagogo com a promoção da EREER na Escola Básica e Ensino Superior, bem como a garantia do direito subjetivo de Educação em perspectiva antirracista.

No âmbito teórico, há neste trabalho uma relação entre o Estado do Conhecimento, EREER e o compromisso político com a produção do conhecimento. Para elucidar esse aspecto, recorreremos a Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), às Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) e ao Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2013).

Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) definem o Estado do Conhecimento como o levantamento e a reflexão sobre a produção acerca de um tema em um determinado tempo e espaço, tendo por base repositórios qualificados. Para esse levantamento são utilizados teses, dissertações e artigos, por exemplo. No nosso caso, a produção em questão levantada diz respeito aos trabalhos publicados nos Anais das Reuniões Nacionais da ANPED, especificamente os do GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais.

A EREER encontra precedente na Lei 10.639 de 2003, Resolução CNE/CEB nº 01/2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER e Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana publicado em 2013. Tais textos reforçam o compromisso em educar, sensibilizar e mobilizar alunos, professores, sistemas de ensino e comunidade em geral no entendimento, valorização e compreensão do percurso histórico que levou a constituição do Brasil enquanto nação e das dinâmicas de poder que conduziram à desigualdade e vilipêndio de direitos dos africanos escravizados e seus descendentes.

No intento de não somente sensibilizar como também de servir enquanto propiciadora de transformação da realidade, a EREER busca combater o racismo e as desigualdades resultantes do longo processo histórico atravessado por dinâmicas de poder que privilegiam determinados grupos sociais em nosso país.

Ao dialogarmos com o Estado do Conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira com a ERER, reforçamos o compromisso político com a produção do conhecimento. Esse aspecto se concretiza na medida em prosseguimos com orientações previstas na Lei nº10.639/2003, DCN 2004 e no Plano Nacional para a implementação das DCN 2004 através da pesquisa, levantamento, reflexão e proposição sobre o tema. Os quatro fatores enumerados anteriormente constituem não só fases da pesquisa do Estado do Conhecimento como também uma postura ativa voltada para a transformação da realidade.

A relevância acadêmica desta pesquisa está fundamentada nas possíveis contribuições para o Estado do Conhecimento sobre Ensino de História Afro-brasileira e Africana. A partir do levantamento dos autores sobre o tema conseguimos mensurar diversas características como a frequência com que o tema é tratado, de onde se originam os trabalhos, a participação de agências de fomento, os diálogos teóricos engendrados, aproximações, afastamentos entre as abordagens, como a ERER é materializada no espaço do ensino e quais proposições emergem a partir da análise.

Três autores que inicialmente trouxemos como referência são Marília Morosini (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), Wilma de Nazaré Baía Coelho (Coelho; Amorim, 2016) e Antônio Matheus do Rosário Corrêa (Corrêa, 2022). Morosini (2021) em sua obra efetuou uma sistematização do Estado do Conhecimento e seu uso na pesquisa em Educação o que contribuiu para o embasamento de nossa pesquisa

Coelho (Coelho; Amorim, 2016) em artigo publicado em parceria com a professora Raquel Amorim abordou sobre as políticas curriculares e relações étnico-raciais a partir do estado da arte nas produções da Associação Nacional de pesquisa em pós-graduação em Educação (ANPEd). A abordagem das autoras nos auxiliou sobre os caminhos metodológicos acerca da nossa temática em nosso levantamento junto ao grupo de trabalho 21 da ANPEd.

Corrêa (2022), em sua dissertação de mestrado ao tratar sobre as representações sociais de crianças negras sobre a (in)visibilidade negra em pesquisas científica na Amazônia brasileira trouxe reflexões que contribuíram sobretudo para compreendermos acerca da produção de trabalhos científicos na área de Educação em nosso país e quais as causas da concentração das produções acadêmicas em Instituições de Ensino Superior nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Quanto à relevância social, a pesquisa contribui para a visualização da produção científica no GT 21 da ANPEd sobre a lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares tanto em instituições

públicas quanto privadas (Brasil, 2003) e lei nº 11.645/2008, que acrescenta a obrigatoriedade do ensino de história indígena e do indigenismo na rede de ensino pública e privada, a partir do grupo social de pesquisadores(as) a nível de mestrado e doutorado em Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) brasileiros no último decênio.

Em função dos aspectos anteriormente elencados, escolhemos como conceitos norteadores para pesquisa: Estado do Conhecimento (Coelho, 2016; Morosini; Bittencourt, Kohls-Santos, 2021), Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Santos; Ferreira, 2014) e Educação e Relações Étnico-Raciais (Santos 2014).

O Estado do conhecimento enquanto metodologia e teoria de análise (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021. p.21) trata do levantamento, reflexão e crítica acerca da produção acadêmica sobre um determinado tema em dado tempo e espaço e tendo como ponto de partida bases e repositórios qualificados. Ele se relaciona com essa pesquisa enquanto procedimento metodológico privilegiado para o levantamento das produções sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos anais das reuniões nacionais da ANPEd entre os anos de 2013 e 2023.

O conceito norteador Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Santos, 2014) é resultado de uma longa trajetória de luta, crítica da realidade e ação direta de diversos atores sociais. Segundo Santos (2014), intelectuais como Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale e Silva, o Movimento Negro Unificado durante as décadas de 1970 -1980 e dispositivos legais como a lei 10.639 de 2003, as DCN de 2004 para a ERER e o Plano Nacional de 2013 correlato à essas diretrizes são importantes demarcadores que reforçam a importância do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como promotor da ERER. Se relaciona com essa pesquisa ao, conforme explicado mais adiante, além de servir como norteador contextual da temática trabalhada, auxiliar na escolha dos descritores para o refino das buscas dos trabalhos publicados sobre o tema dessa pesquisa.

Por fim, o conceito norteador Educação das Relações Étnico-Raciais, segundo Santos (2014), é pressuposto como possibilidade para o cumprimento de dispositivos legais e ações afirmativas de reparação histórica e combate ao racismo, sobretudo da lei nº 10.639 de 2003. Esse cumprimento, segundo o autor, só é possível através da formação de sujeitos sensíveis e capacitados quanto ao conhecimento da formação das relações raciais no Brasil e no combate às desigualdades e ao racismo em nosso país. Esse conceito se relaciona com a nossa pesquisa pois, além de ser o título do Grupo de Trabalho ao qual nos voltamos para o levantamento das produções analisadas, também dialoga conosco com o compromisso ético e político de formação, sensibilização e pesquisa que proporcione a concretização da ERER.

Esses conceitos norteadores, por sua vez, nos auxiliaram a compreender a relevância do Grupo de Trabalho 21 da ANPEd, bem como a importância do levantamento feito por essa pesquisa. Criado em 2001, o Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais possui compromisso com a pesquisa, reflexão e debate acerca das bases históricas, sociais, antropológicas e políticas das relações raciais no Brasil. Nos seus mais de 20 anos de formação o grupo tem desempenhado relevantes ações na promoção da EREER

[...] com intensa atuação para além da própria ANPEd e presença e participação em importantes espaços e fóruns acadêmicos e políticos nos quais a questão étnico-racial tem sido discutida, debatida, demandada e pesquisada, [...] também em comissões acadêmicas responsáveis pela implantação e implementação de ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior (ANPEd, 2025, s/p).

Posto isso, delimitamos a seguinte questão-problema: Qual o Estado do Conhecimento sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais de Reuniões Nacionais da ANPEd entre 2013 e 2023? Nesse cenário, estabelecemos as seguintes questões norteadoras para investigação científica: Qual a disposição quantitativa de pesquisas científicas sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Reuniões Nacionais da ANPEd? Que categorias emergem sobre a temática no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais da ANPEd entre 2013 e 2023? Quais análises são realizadas por pesquisadores(as) em Educação sobre a temática?

Desse modo, temos como objetivo geral investigar o Estado do Conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais de Reuniões Nacionais da ANPEd entre 2013 e 2023. Nesse contexto, são objetivos específicos: (a) catalogar as produções científicas sobre o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; (b) categorizar a produção do conhecimento sobre a temática no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais da ANPEd; (c) analisar o estágio atual do conhecimento a respeito do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira entre 2013 e 2023.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho faz uso da metodologia do estado do conhecimento em diálogo com uma pesquisa do tipo qualitativa. Segundo Gamboa e Santos Filho (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender as transformações dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos, aprofundando, questionando e refletindo sobre aspectos que fogem à quantificação. Essa perspectiva se relaciona com a nossa pesquisa na medida em que os

descritores, objetivos e problemática estão alinhados em compreender a temática a partir das pesquisas publicadas pelos autores dos trabalhos levantados junto aos anais das reuniões nacionais da ANPED, bem como experiências no intento da concretização da ERER no Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Ressalta-se que a definição de estado do conhecimento proposta pelas autoras vem a ser justamente a de propor o levantamento, investigação e reflexão sobre a produção acerca de um dado tema em um dado tempo e espaço, abordando teses, dissertações, artigos e outras produções oriundas de uma ou mais base de dados (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021. p. 21- 22). Para tanto, o estado do conhecimento se materializa como fenômeno social e teoria de estudo que proporciona mapeamento de trabalhos, identificação de quantitativo geral e disposição temática no GT 21 da ANPED e análise de conhecimentos produzidos sobre a temática entre 2013 e 2023.

A pesquisa bibliográfica se relaciona com o Estado do Conhecimento bem como a abordagem qualitativa anteriormente elencadas. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021) a pesquisa bibliográfica situa o pesquisador sobre o que está sendo publicado acerca de um determinado tema, além de servir de base para a construção de conhecimento, revisão, reflexão e proposições com fins à ampliação do conhecimento já existente. A definição de pesquisa bibliográfica dialoga com esta pesquisa na medida em que é o ponto de partida para a constituição do Estado do Conhecimento sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no GT 21 da ANPED

O recorte temporal entre 2013 e 2023, um decênio, é justificado pela publicação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2013 e que reforça a relevância da Lei nº 10.639/03 e os princípios propostos pelas DCN de 2004 para a ERER. Ambos os documentos tornam possível mediante diretrizes, orientações e atribuições de responsabilidade a implementação da Lei nº 10.639, bem como a pesquisa, reflexão, crítica e ampliação dos resultados práticos sobre ela.

O itinerário de levantamento dos trabalhos começou pelo acesso ao *site* da ANPED (<https://legado.anped.org.br>), com cliques posteriores em *Reuniões Científicas/Anais* e *Reuniões Nacionais*. Nesse cenário, foram escolhidos os anos de 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023. Os anos delimitados correspondem as reuniões nacionais da ANPED, bem como aos respectivos anais de trabalhos completos correspondentes. Selecionados os anos, prosseguimos com a busca em cada um deles, clicando no ícone dos *Anais* escolhidos e logo em seguida na opção *Trabalhos*. Embora alguns anais de reuniões nacionais apresentassem

leves diferenças de organização interna, o itinerário conseguiu ser efetuado normalmente na busca pelos trabalhos.

Refinamos a nossa busca clicando no *GT 21 - Educação das Relações Étnico-Raciais* quando este aparecia delimitado ou rolando a página até onde o GT estava alocado. Feito isso, nos eram mostrados todos os trabalhos publicados junto ao GT nos Anais da Reunião Nacional de seu respectivo ano. Os descritores selecionados como filtros para a nossa busca foram *Ensino de História, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Educação para as Relações Étnico-Raciais*.

Ao optarmos por “Ensino de História” refinamos o nosso olhar para as experiências nessa área específica do conhecimento. Embora a Lei nº 10.639/03, DCNERER e o Plano Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana de 2013 reforcem a importância do Ensino da História para a promoção da EREER, percebemos que não é só essa área que pode se ocupar desse compromisso uma vez que Linguagens e Artes são as outras frequentemente citadas. Com isso, a delimitação desse descritor busca lançar olhar sobre um tipo específico de experiência de ensino de História.

O descritor “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, por sua vez, advém do refino dos descritores anteriores. Ao ser o cenário privilegiado dentro do Ensino de História para a promoção da EREER, a opção por esse descritor buscou visualizar os trabalhos que efetuaram o diálogo não só com o Ensino de História como com o conteúdo específico dentro deste componente curricular. Distinção essa necessária, já que a opção pela abrangência acerca da “História Indígena”, por exemplo, mudaria o foco da pesquisa.

O último descritor “Educação para as relações étnico-raciais” buscou entrecruzar os trabalhos que contemplassem os dois descritores anteriores com a proposta do grupo de pesquisa bem como o diálogo com a legislação, diretrizes e planos correlatos na promoção da EREER. Promoção essa necessária como compromisso político de luta contra o racismo e desigualdade historicamente enraizados em nosso país.

O método do Estado do Conhecimento dialoga com essa pesquisa na medida em que o percurso descrito até o momento corresponde à bibliografia anotada. Essa vem a ser caracterizada pela seleção, ordenamento e fichamento das informações que estruturam e dão sentido aos trabalhos levantados sobre um determinado tema, constituindo etapa fundamental da pesquisa do Estado do conhecimento, requerendo atenção e rigor para ser feita (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

A seleção dos trabalhos consistiu em algumas fases. A primeira foi de verificação através dos títulos de uma adequação imediata aos descritores da pesquisa. Na ausência aparente de trabalhos que se encaixassem nessa modalidade, optamos pela leitura dos resumos dos trabalhos que se adequassem em pelo menos um dos descritores. Após a verificação desse aspecto procedemos com o *download* e leitura dos trabalhos completos. Das seis reuniões e seus respectivos anais pesquisados foram encontrados 191 trabalhos publicados junto ao GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais da ANPEd. Desses, 12 se adequaram ao filtro dos descritores propostos.

Após o *download* e leitura dos trabalhos selecionados, procedemos com o fichamento dessas publicações. Os fichamentos, segundo Mafra (2007), além de uma técnica de estudo, aqui também nos servem como uma ferramenta de pesquisa. Após a constituição do corpus documental e mapeamento das informações apresentadas na seção anterior, procedemos com a leitura flutuante e duas fases de fichamento. Retomando Mafra (2007) entendemos que o fichamento além de um instrumento de estudo também nos serve à pesquisa e, no que diz respeito ao Estado do Conhecimento, para efeito de rigor e correção ele se faz bastante necessário.

Os fichamentos no primeiro momento objetivaram a catalogação de informações como autoria, ano, número do trabalho em relação ao *corpus*, palavras-chaves e resumo. A segunda fase dos fichamentos além das informações anteriores acrescia itens como nível (mestrado, doutorado), instituição de origem, tema, problemática, objetivos, teoria, metodologia, síntese dos achados e considerações finais. Esses dois momentos serviram para a constituição, respectivamente, do que Morosini (2021) chama de Bibliografia Anotada e Bibliografia Sistematizada.

Após esse processo de imersão, procedemos com a criação das nossas categorias de análise. Os critérios utilizados para a criação delas seguiram os pressupostos: foco da abordagem, similaridade quanto a aproximação temática, similaridades metodológicas e teóricas e conclusões dialógicas entre si. Feitos esses procedimentos, constituímos três categorias analíticas, sendo elas: A implementação da lei 10639/03 (com seis trabalhos), Perspectivas dos estudantes (com dois trabalhos) e Práticas docentes (com quatro trabalhos).

Posteriormente, realizamos triangulação de dados para cruzamento de resultados e análises de pesquisadores na área da Educação que participam da ANPEd com publicações científicas. A triangulação, segundo Morosini, Kohls- Santos e Bittencourt (2021) é o processo de diálogo entre a bibliografia levantada pelo pesquisador na base de dados, a

bibliografia prévia sobre o tema bem como as proposições advindas desse processo, conforme explicitado na figura abaixo.

Figura 1: Triangulação teórico-metodológica do trabalho.



Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do Microsoft Office Power Point (2025)

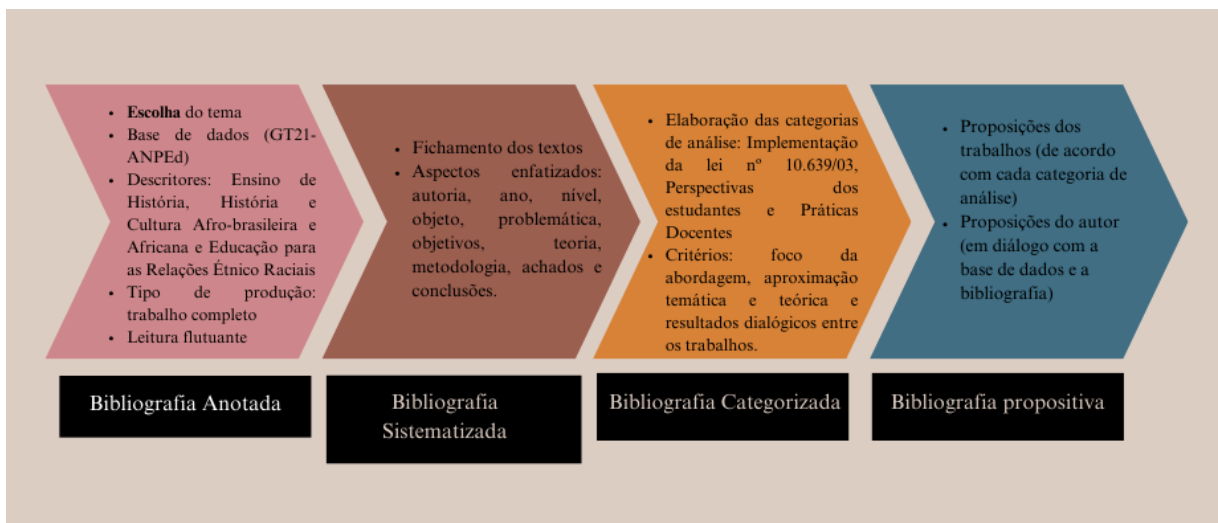
A imagem acima aborda visualmente a proposta de triangulação explicitada por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) para o Estado do Conhecimento. No vértice superior temos o Estado do Conhecimento como norteador da pesquisa. No vértice inferior esquerdo as Reuniões Nacionais no decênio e seus respectivos anais a serem analisados. Fechando o triângulo temos o GT 21- Educação e Relações Étnico-Raciais, base para a nossa coleta dos trabalhos. Ao centro, temos o foco do nosso tema, o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Após esse momento foi feita a categorização dos trabalhos. As categorias de análise servem ao propósito de evitar a fragmentação da reflexão sobre os trabalhos encontrados, permitindo que notemos aproximações e similaridades, bem como afastamentos e disparidades entre os trabalhos.

Por fim, temos a elaboração da bibliografia propositiva. A partir dela emergem dois caminhos: as proposições elaboradas pelas pesquisas levantadas e as proposições advindas da reflexão do próprio autor-pesquisador. Na medida em que o Estado do Conhecimento além de um mapeamento também é configurado enquanto uma reflexão acerca da produção sobre um

determinado tema, essa fase da metodologia (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021. p.73) e relaciona com a nossa pesquisa na medida em que efetuamos uma síntese das proposições levantadas pelos autores em cada uma das categorias e buscamos apontar novas proposições de forma a ampliar o debate e ressaltar a importância da efetivação da EREER mediante o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Figura 2: Fluxograma com a síntese das etapas do Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do aplicativo Canva (2025).

Na figura acima temos um fluxograma explicitando o passo-a-passo da pesquisa que toma o Estado do Conhecimento por base. Cada uma das fases possui tópicos das tarefas que foram feitas no decorrer da pesquisa, sendo a bibliografia anotada constituída pela escolha do tema, seleção de descritores, busca e mapeamento preliminar das produções. A bibliografia sistematizada consiste na imersão nos trabalhos coletados propiciando a formação de um panorama detalhado dos achados. A bibliografia categorizada, divide os trabalhos em grupos, analisando suas similaridades e distinções. Por fim, a bibliografia propositiva proporciona um momento de reflexão entre as proposições levantadas pelos trabalhos pesquisados e as elaboradas pelo autor.

3. ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO GT-21 DA ANPEd (2013-2023)

3.1 Mapeamento da temática no GT21- Educação e Relações Étnico Raciais da ANPEd.

O levantamento no GT 21 - Educação das Relações Étnico-Raciais possibilitou a localização de 191 (cento e noventa e um) trabalhos, dos quais 12 (doze) contemplam os descritores da pesquisa dentro do recorte temporal de 2013 a 2023. A síntese do mapeamento está disposta no quadro 1.

Quadro 1 - Mapeamento dos trabalhos do GT 21- ANPEd (2013-2023)

Reunião Anual (Ano)	Quantitativo de Trabalhos	Trabalhos com os descritores	Porcentagem
2013	18	2	11%
2015	19	4	21%
2017	23	1	04%
2019	30	3	10%
2021	50	1	02%
2023	51	1	02%
Total	191	12	6,2%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

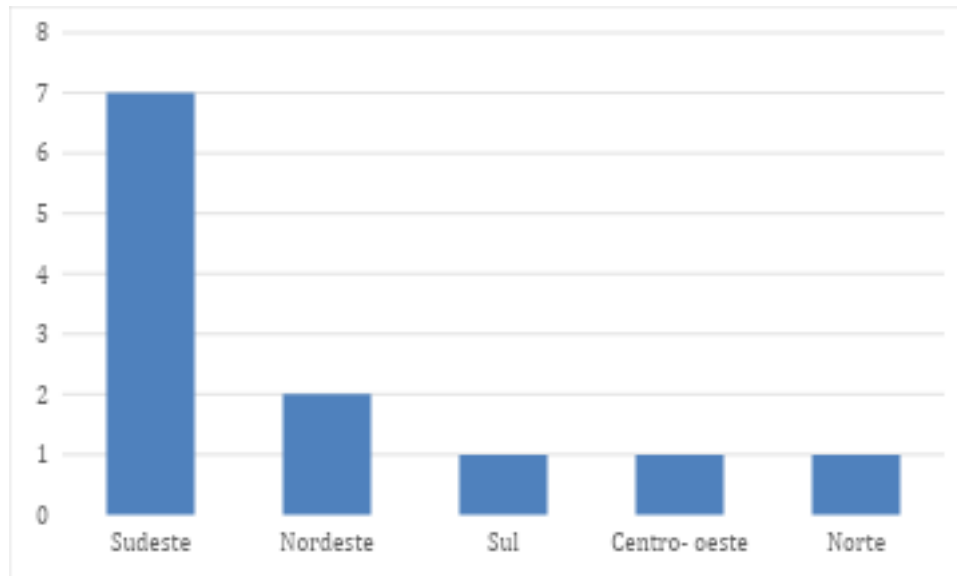
O quadro acima nos permite ver um notável aumento das produções de trabalhos junto ao GT 21 da ANPEd a partir de 2013. Esse aumento, conforme levantamento feito, se deu tanto em relação à variedade de temas quanto ao quantitativo total de trabalhos publicados. Coincide com o início do nosso recorte a publicação do texto do Plano Nacional para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira de 2013.

Por ocasião também do primeiro decênio da lei nº 10.639/03, os estudos do ano de 2013 pautaram como uma das justificativas a efetuação de um retrospecto acerca da aplicabilidade desse dispositivo. Esses dois fatores, acrescidos de uma forte expansão da oferta de vagas nos cursos de educação superior em nosso país durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, juntamente com o ingresso de estudantes por meio de ações afirmativas e o seu prosseguimento em cursos de pós-graduação, corroboram a emergência da temática e o seu aumento quantitativo nas discussões junto ao GT 21.

O procedimento seguinte, levando em consideração a bibliografia anotada proposta por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) consistiu na detecção e quantificação dos seguintes aspectos: quantitativo por região de origem, existência de parceria de fomento para a pesquisa, vinculação à cursos de graduação ou pós graduação e percepção de algumas lacunas ou hipóteses sobre os achados.

No que diz respeito à quantificação dos achados por região, percebemos no primeiro momento uma preponderância dos trabalhos oriundos da região Sudeste (58,5%) e Nordeste (16,6%). Em seguida tivemos as regiões Norte, Sul e Centro-oeste (8,3% cada). O gráfico a 01 aborda esse segundo momento do nosso mapeamento.

Gráfico 1- Quantitativo dos trabalhos do GT21 – ANPEd por região brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Corrêa (2021) nos aponta explicações quanto a essa distribuição de trabalhos por região. Fatores como a quantidade programas de pós-graduação em educação, seu tempo de consolidação bem como a presença de revistas e fundações de fomento à pesquisa acabam por justificar um quantitativo maior de publicações oriundas das regiões Sudeste e Nordeste em relação às outras regiões brasileiras.

O terceiro momento diz respeito à presença ou ausência de parceria de fomento para a realização dos trabalhos. Tal dado foi percebido a partir da leitura dos trabalhos levantados e constatação da referência a esse aspecto logo abaixo dos nomes dos autores. Após a conferência por trabalho constatamos que apenas dois dos doze textos completos dispunham de parceria de fomento, constituindo assim 16,5% do corpus documental analisado.

Esse panorama nos mostra a consolidação de um cenário que se estende para além da temática que pesquisamos: o da diminuição das oportunidades de parcerias de fomento à pesquisa. Dellagostin (2021), mostra que embora tenha ocorrido um expressivo aumento do número de vagas em cursos de pós-graduação (especificamente mestrado e doutorado), tem diminuído a quantidade de bolsas de fomento à pesquisa científica.

Essa diminuição está relacionada à corte de verbas sob a justificativa de contenção de gastos no intento de atender à uma política de austeridade econômica em função do teto de gastos públicos estabelecido como resultado de sucessivas políticas legislativas no último decênio. Tais práticas, contudo, vão de encontro aos próprios pressupostos das DCN de 2004 para a EREER, que pressupõe a integração multilateral de profissionais e sujeitos na promoção da EREER em nosso país. Incluímos nesse processo também o fomento a pesquisa sobre a temática, investimento necessário para incentivo no prosseguimento à pesquisa sobre o tema e consolidação dos dispositivos legais que garantam ao pleno direito à Educação.

Quanto à vinculação dos trabalhos às instituições de origem, foram percebidas múltiplas relações, sobretudo no que diz respeito a programas de mestrado, doutorado ou de profissionais integrantes do quadro de servidores de instituições de ensino superior referenciadas nas produções científicas, conforme síntese dos achados em Quadro 2:

Quadro 2: Quantitativo dos trabalhos por instituição e vinculação de origem quanto ao nível.

Ano	Instituição	Nível de Ensino Superior
2013	Universidade de São Paulo (USP)	Mestrado
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	Graduação
2015	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Mestrado
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Graduação
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Doutorado
	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP)	Mestrado
2017	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Doutorado
2019	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Doutorado
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Graduação
	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ)	Mestrado
2021	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Doutorado
2023	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Graduação

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Cabe ressaltar que o levantamento acima de trabalhos de acordo com as suas instituições de origem foi efetuado a partir dos cruzamentos de informações disponibilizadas nos textos analisados e nos perfis dos autores junto a Plataforma Lattes. À partir dos dados encontrados no currículo Lattes dos autores referente a data de publicações dos trabalhos, conseguimos inferir o seu grau de vinculação junto a instituições acadêmicas, seja no âmbito da pós-graduação ou como atuação profissional.

O último momento de nosso mapeamento diz respeito a lacunas, possibilidades analíticas e inferências quanto aos trabalhos encontrados. Aqui podemos elencar dois fatores. O primeiro deles diz respeito à preponderância de trabalhos relacionados com a nossa

temática encontrados no ano de 2015 (quatro em relação aos 19 publicados no grupo de trabalho).

Levantamos que a emergência do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana publicado em 2013 deve ter sido um dos motivadores de expressivo aumento de publicações já em 2015. O Plano supracitado possui como objetivo central:

[...] colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial para garantir o direito de aprender a equidade educacional fim de promover uma sociedade justa e solidária (BRASIL, 2013, p.19)

A reflexão é devidamente justificada já que embora a Educação das Relações Étnico-raciais estivesse em pauta ao longo da história da ANPEd, conforme consta no histórico do GT 21, a promulgação das leis nº10.639/03 e nº 11.645/08, bem como do parecer 01/2004 deram um novo direcionamento nas discussões em relação à lei e às práticas docentes, conforme percepção tida inclusive na leitura flutuante dos trabalhos, bem como na criação das categorias analíticas mais adiante abordadas.

O segundo ponto que nos suscita reflexão vem a ser a diluição do quantitativo de pesquisas sobre a temática no GT-21 durante o período pandêmico. Conforme apontado no quadro acima, dos 50 trabalhos publicados junto ao GT 21 em 2021 e 51 trabalhos em 2023 encontramos apenas um trabalho adequado aos descritores de nossa pesquisa em cada um dos anos. Essa diminuição pode ser explicada como um dos muitos impactos da Pandemia de COVID-19 na educação do Brasil, em especial nas Instituições de Ensino Superior (IES) em nosso país (Queiroz et al. 2022).

Com a impossibilidade de prosseguir com o andamento das atividades de forma presencial, as pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira não sofreram necessariamente um processo de consolidação, o que seria a nossa primeira hipótese. Houve redirecionamento do olhar no sentido de compensar a impossibilidade da aplicação de métodos qualitativos de pesquisa e aplicabilidade de questionários *in loco*. Tal aspecto foi visualizado nas pesquisas levantadas bem como a opção por outras abordagens.

O panorama desta seção sobre o mapeamento das pesquisas referentes a nossa temática nos mostra em síntese, um crescimento acentuado das produções após 2013,

concentração das publicações em instituições situadas nas regiões Sudeste e Nordeste, a participação de pesquisadores oriundos de programas de pós-graduação, uma minoria dos trabalhos feitos com o auxílio de parcerias de fomento à pesquisa bem como um sensível impacto da Pandemia de COVID-19 sobre o quantitativo de pesquisas sobre a temática que analisamos nos dois últimos anos de nosso decênio.

3.2. Estágio atual do conhecimento acerca do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

3.2.1. Síntese teórica e metodológica dos trabalhos

A partir das duas rodadas de fichamentos realizadas para o processo de imersão nos trabalhos publicados nos anais das reuniões nacionais da ANPEd, procedemos com a constituição das categorias de análise anteriormente anunciadas. Levando em consideração os critérios para a formulação das categorias, abordaremos uma síntese teórica e metodológica dos trabalhos levantados.

Dentre as perspectivas teóricas notadas na primeira categoria, *Implementação da lei 10.639/03* temos a análise do discurso (Reis; Silva, 2015), Estudos Culturais (Oliveira, 2013), Didática da Dupla Consciência (Molina, 2013), Análise do Conteúdo (Costa; Invenick; Carvalho, 2023), Decolonialidade e Ecologia dos Saberes (Gaudio; Carvalho, 2023).

Emergem da leitura e comparativo teórico-metodológico uma preocupação dos autores por abordarem epistemologias e reflexões que contemplem vozes dos sujeitos, questões e problemáticas locais e o recurso a autores que, embora estrangeiros, como Du Bois (Molina, 2013) ou Stuart Hall (Oliveira, 2013) embasassem reflexões sobre processos de resistência e reexistência dos sujeitos das pesquisas no contexto dos diálogos propostos a partir das experiências de implementação da lei 10.639/03.

A presença de referências decoloniais nos trabalhos analisados reflete uma postura epistêmica que rompe com a tradição eurocêntrica de produção do conhecimento. Ao dialogar com conceitos como Decolonialidade e Estudos Culturais, os autores das pesquisas analisadas apontam nas tessituras teórico-metodológicas para caminhos de análise que atentem para as particularidades da experiência do EHCAA para a EREER em nosso país, pautada pela luta constante no combate ao racismo, desigualdades e discriminações pautadas pela cor da pele.

A despeito da decolonialidade em interfaces a EREER, corroboramos com Corrêa, Santos e Pacheco (2022, p. 14) ao afirmarem que “[...] da colonialidade para a decolonialidade há uma lacuna modificada por pensamentos, atitudes, valorização e

reconhecimento de africanos e afro-brasileiros, em afro-perspectiva que descoloniza a sociedade [...]. Nesse sentido, tessituras científicas fundamentadas em perspectivas decoloniais de pensamento contribuem para a subversão da neutralidade científica pela cultura, problematização do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como produção de epistemologias emergentes.

Em relação a metodologia, percebemos uma unicidade do caminho escolhido pelos autores para a constituição do *corpus* de análise, pesquisa e interpretação dos dados. A pesquisa bibliográfica e utilização de entrevistas (Molina, 2013; Oliveira 2013; Machado,2015; Reis, Silva, 2015) foram itinerários metodológicos seguidos por quatro dos seis os trabalhos. Quando a utilização de entrevistas não estava presente, a análise qualitativa (Gaudio; Carvalho,2019 e Costa; Ivenicki; Carvalho, 2023) era efetuada pelos autores.

A opção pela análise qualitativa dos dados é compreensível e dialoga, inclusive, com a nossa pesquisa, na medida em que Gamboa (2013) propõe que esse caminho metodológico nos ajuda a ter uma percepção mediante as vozes dos sujeitos dos processos sociais, diálogos, conflitos e transformações da realidade em aspectos que fogem meramente às quantificações.

É notável, também, a atenção dada para a fala dos estudantes frente às experiências de aprendizagem com relação à Educação das Relações Étnico-raciais a partir de intervenções didáticas na segunda categoria de análise, Perspectivas dos estudantes. Com relação a isso, apreendemos a presença do Multiculturalismo (Almeida; Saravali, 2015) e Consciência Transitiva Ingênua e Histórica Ruseniana (Nascimento, 2019). Ambas espelham seu sentido nas opções metodológicas, que em ambos os casos foi a abordagem qualitativa, utilização de entrevistas e prosseguindo com intervenção pedagógica característica da pesquisa-ação e avaliação dos resultados após a intervenção.

Estudos Culturais (Marques, 2019; Gatinho, 2017; Barroso; Oliveira, 2012) e o Pensamento Interseccional (Pedretti,2021) são as filiações teóricas dos trabalhos da terceira categoria denominada *Práticas docentes*. Em relação á metodologia os trabalhos utilizam a abordagem qualitativa para a análise dos dados oriundos de entrevistas junto aos sujeitos pesquisados. A exceção vem a ser o trabalho de Marques (2019) que reporta á sua dissertação de mestrado.

No caso dos trabalhos com filiação aos Estudos Culturais eles evocam que, partindo desse pressuposto teórico, deve ser sistematicamente problematizada a constituição histórica e social de nosso país em diálogo com a constituição de identidade. Não faz sentido a crença em uma identidade única como possível além de primar pela experiência e vivência dos sujeitos (Barroso; Oliveira, 2015. p. 3).

O Pensamento Interseccional, por sua vez, possui uma articulação com os Estudos Culturais, porém faz uma inflexão ao propor uma aproximação sensível com o pensamento freireano (Ferreira, 2021). Aqui, a problematização e percepção de múltiplas categorias como raça, classe e uma educação para a prática da liberdade orientam o levantamento bibliográfico do trabalho bem como a abordagem do tema e as opções metodológicas.

O levantamento dos trabalhos nos mostrou aproximações teórico-metodológicas notáveis quanto às abordagens dos objetos de estudo. A opção pela pesquisa qualitativa tendo como auxílio para a prospecção de dados a utilização de entrevistas e como base teórica os estudos culturais foram observados nos trabalhos acima analisados.

3.2.2. Análise dos objetos de estudo e principais achados

Nesta seção analisamos os objetos de estudos abordados pelos autores levantados e sua relação com a nossa pesquisa bem como efetuamos as discussões dos principais achados de cada estudo de acordo com as categorias de análise delimitadas.

Na categoria *Implementação da lei nº 10.639/03*, Oliveira (2013), ao tratar da Educomunicação para as relações étnico-raciais, constitui seu objeto de estudo a partir das percepções da importância da televisão enquanto mecanismo de fomento de identidades. Com a lei 10.639/03 iniciativas mapeadas pela autora justificam a delimitação de tal objeto de estudo na medida em que oportunizam análise das identidades fomentadas junto ao público infantil ao qual as atrações veiculadas se destinam.

Oliveira (2013) nos mostra que a educomunicação vem a ser um campo que propõe o uso de mídias diversas. No caso da pesquisa temos a televisão como ferramenta que auxilie no processo de aprendizagem dos sujeitos. Ao abordar sobre as representações acerca dos negros nesse tipo de mídia, em diálogo com a lei nº 10.639/03 e das DCNERER, a autora propõe um EHCAA pautado pela construção de identidades norteada por uma visão positiva do ser negro no Brasil, combatendo estereótipos e pré-conceitos. A autora a partir dos achados de sua pesquisa reforça a necessidade e a importância das práticas voltadas para a EREER e ressalta a necessidade da melhoria da formação dos professores para a aplicabilidade da lei nº 10.639/03.

Molina (2013), ao abordar o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, constitui seu objeto de estudo a partir de experiências orientadas pelo que denomina de *avivamento do axé*. Esse avivamento se constitui como um entrecruzamento entre a identidade fundamentada em experiências e vivências afro-religiosas reforçadas pelo orgulho do

pertencimento em diálogo com a apropriação política do conhecimento constituído para a (re)existência dos sujeitos no mundo, constituindo o conceito de Didática de Dupla Consciência. Essa, por sua vez, orienta a leitura teórica e pesquisa ao mesmo tempo em que se propõe enquanto possibilidade de ensino desafiadora e necessária.

Machado (2015) tem como objeto de estudo a experiência formativa de professores em Florianópolis. A constituição de seu objeto de estudo está intimamente delimitada pela emergência da lei nº10.639/03 e do Plano de Implementação das DCNERER de 2013. Ao analisar quais as tensões em relação à implementação da lei, a autora encontra a permanência de discursos racistas e preconceituosos sobre os negros na fala de diversos dos professores que participaram de sua pesquisa.

Essa permanência, segundo a autora, advém da ignorância formativa por parte dos docentes. Contudo, refletimos que essa não pode ser justificativa para o imobilismo a não desconstrução de preconceitos e do racismo expresso nas falas dos professores. Embora os professores que participaram da pesquisa da autora tenham tido a sua formação anterior a vigência da lei 10.639/03, a necessidade formação continuada e atenção para uma leitura crítica da realidade são os pilares para a construção de uma didática e formação docente significativa que atenda aos princípios de uma formação cidadã.

Reis e Silva (2015) abordam sobre as políticas curriculares e a prática educacional na implementação da lei nº10.639/03 na rede pública e privada de Pernambuco. A delimitação do objeto parte de exaustivo levantamento bibliográfico e legislativo e os achados levam à proposição de que os professores entrevistados repensem o status do saber científico a ser ensinado, equalizando a EREER e o conhecimento historicamente constituído, para que ocorra uma melhoria da formação continuada dos professores e a lei possa ser implementada de forma satisfatória.

Gaudio e Carvalho (2019), ao tratarem da Matriz Curricular para a Educação Infantil em Florianópolis, delimitam seu objeto a partir da percepção da intersecção de diálogos entre profissionais com enfoque na realidade da atuação profissional local e a criação de um instrumento norteador das políticas curriculares para a EREER voltado especificamente para a capital catarinense. Embora a autora conclua que a Matriz Curricular está articulada com as legislações correlatas em nível nacional e municipal, bem como subsidie discussões e reflexões, não devemos deixar de notar a ausência do debate quanto a real implementação dessa documentação e a permanência do racismo e preconceito nas práticas dos professores notada por Machado (2015) como notável tensionamento quanto a implementação da lei nº10.639/03.

A relação do EHCAA e o currículo da escola básica em Gaudio (2019) e Reis (2015) apresenta lacunas epistêmicas que se efetivam em atos curriculares de invisibilidade da temática. Nesse sentido, ao entendermos currículo não somente como percurso formativo, mas também como uma arena de disputa, poder e formação de identidade (Silva, 2005) compreendemos a importância de refletirmos sobre a relação desse com o EHCAA.

O Movimento Negro Unificado, as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as DCN de 2004 para a EREER, bem como o seu Plano Nacional de Implementação de 2013 refletem décadas de luta pela garantia da temática étnico-racial no currículo da Escola Básica. De acordo com Santos (2009) os professores atuantes na Educação Básica “[...] podem construir uma nova mentalidade que firme a cultura afro-brasileira e africana como positiva na sociedade e na escola e que proporcione uma visão afirmativa da diversidade étnico-racial [...]”.

Contudo, apenas a presença dos assuntos pressupostos pelos dispositivos legais, como expressos nos trabalhos de Reis e Silva (2015) e Gaudio e Machado (2019), não significam uma mudança qualitativa imediata do que é ensinado. E pelo observado nos textos dos autores também não a médio prazo. A permanência de uma EREER do “por vir” se faz presente no texto de Reis e Silva (2015). Quanto ao de Gaudio e Machado(2019), por sua vez, não há a contraparte que mostre se ocorre, na prática docente, o que está pressuposto no documento municipal referente a EREER na cidade de Florianópolis, constituindo, ao nosso ver, uma limitação da abordagem do trabalho.

Costa, Ivenicki e Carvalho (2023) possuem como objeto de estudo de seu texto as abordagens multiculturais no repositório de anais da ANPED. Partindo dos trabalhos publicados no GT 21, mesma base de nossa pesquisa, e na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) as autoras delimitam o recorte de análise a partir da abordagem do multiculturalismo como opção teórica dos trabalhos selecionados em diálogo com a implementação da lei nº 10.639/03. Os achados reforçam a opção por ressaltar os trabalhos mais relevantes sobre o tema bem como o foco em mostrar que as produções buscaram romper com tendências eurocêntricas e apostaram no multiculturalismo como perspectiva teórica possível para a leitura das realidades pesquisadas.

Os trabalhos levantados pelas autoras recorrem como uma de suas bases o GT-21 da ANPED. Nesse aspecto, todos os trabalhos da categoria *Implementação da lei 10.639/03* são interseccionados com o recorte de Costa, Ivenicki e Carvalho (2023). O filtro da análise pelo multiculturalismo encontra-se justificado na introdução do texto das autoras, uma vez que as propostas levantadas pela lei 10.639/03, DCN de 2004 para a EREER, bem como o seu Plano Nacional de Implementação de 2013, estão calcadas numa abordagem multiculturalista e

decolonial, uma vez que apontam caminhos, propostas e tentativas de mudanças da sociedade que atentem para as realidades dos sujeitos no processo de construção do Brasil enquanto nação e das relações raciais conflitantes que ajudaram a estruturar o nosso país.

Munanga (2022, p. 117) assevera que há “[...] urgência em todos os países do mundo, em implementar políticas que visam o respeito e o reconhecimento das diferenças centradas na formação de uma nova cidadania mediante uma pedagogia multicultural [...]”. Para além disso, faz-se necessário um aprofundamento epistêmico no cerne do multiculturalismo como possibilidade de subversão a discriminação, estereótipos, desigualdades, estigmas e discriminações por motivo étnico-racial, sendo a EHCAA no cenário brasileiro um dos caminhos preconizados no campo político, educacional e social para esse efeito.

Desse modo, a relação entre EHCAA e o Multiculturalismo encontra o primeiro elo no aspecto da lei. O segundo vem a ser da própria abordagem teórica proposta pelas autoras que buscam analisar a temática. Enquanto que o nosso trabalho as categorias foram três, no sentido de atender à aspectos teóricos e metodológicos, as autoras em função do levantamento conjunto entre GT21 da ANPEd e Revista ABPN conseguiram a formulação de 11 categorias que englobassem os trabalhos.

Na categoria *Perspectivas dos estudantes*, Almeida e Saravali (2015) abordaram a ERER em sala de aula utilizando uma escola da rede pública de ensino de São Paulo como seu *locus* de pesquisa. Os achados se dividem em um antes e depois da intervenção pedagógica. O antes aborda o desconhecimento e percepção rasa dos estudantes sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana, muito voltada para os estereótipos de generalidade e subserviência. O depois, por sua vez, aborda a possibilidade de uma constituição e valorização dessa diversidade a partir da utilização de recursos possíveis, no caso a Literatura.

Podemos analisar a relação entre o EHCAA e a intervenção pedagógica no itinerário formativo de discentes. As autoras buscam fundamentar teoricamente a intervenção com as leis nº 10639/03, nº11.645/08 e DCN 2004 para então proceder com a abordagem da realidade a ser pesquisada. Após essa fundamentação, os sujeitos da pesquisa são entrevistados e a partir de suas impressões é elaborado o itinerário formativo docente. Não basta apenas, para as autoras, uma abordagem externa apreço pelas experiências e perspectivas dos próprios alunos. Contudo, quando bem fundamentada, a atuação docente junto ao itinerário formativo dos alunos consegue proporcionar o EHCAA com enfoque na quebra de estereótipos e a na promoção das ERER.

Essa inovação didática proporciona um diagnóstico prévio de necessidades formativas de discentes, problematização de conhecimentos referentes a ERER e proposição

de estratégias metodológicas voltadas a EHCAA, como possibilidade de ampliação qualitativa do repertório de saberes docentes. De acordo com Santos (2009), Coelho e Brito (2020) e Corrêa (2022), a formação de professores é espaço privilegiado para consubstanciar conhecimentos pedagógicos referentes a história e cultura afro-brasileira e africana, com foco no compromisso político de uma sociedade mais justa, inclusiva, diversa e equânime em perspectiva étnico-racial.

Nascimento (2019) trata de uma experiência bastante similar à de Almeida e Saravali (2015), só que nesse caso no ensino técnico. A autora delimita seu objeto a partir da legislação sobre o tema bem como das opções teóricas pela Consciência Transitiva Freireana e da Consciência Prévia Rüséniana. Os achados envolvem a quantificação e reflexão qualitativa sobre as percepções dos sujeitos, 49 estudantes de uma instituição de nível técnico, o que é ensinado acerca da História e Cultura Africana e Afro-brasileira antes e após uma intervenção pedagógica, constituindo a pesquisa-ação. A autora ressalta ser possível desconstruir estereótipos desde que a prática pedagógica esteja teoricamente amparada de forma sólida e propositiva.

O itinerário utilizado pelas docentes que lideraram a pesquisa seguiu percurso similar ao de Almeida (2015) ao utilizar questionários junto aos discentes para avaliarem as suas percepções. Após a leitura e quantificação das respostas em gráficos de acordo com as categorias levantadas acerca das respostas dos sujeitos, as autoras efetuaram a prática de intervenção pedagógica que se deu ao longo do período de algumas semanas. Contou com a utilização de fontes diversas como obras literárias, filmes, músicas e documentários sobre o período analisado, século XVII e XIX, no intento de problematizar os temas relativos ao Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Os resultados abordados pelas autoras estão em consonância com a pesquisa de Almeida e Saravali (2015) ao mostrar que mesmo no Ensino Médio ainda persiste junto aos discentes uma visão estereotipada quanto ao EHCAA. Aqui, a partir da pesquisa-ação junto aos discentes do ensino técnico foi possível a desconstrução da visão estereotipada sobre os negros bem como o ressalte da importância sobre a sua participação na sociedade.

Quanto a última categoria, *Práticas Docentes*, os resultados demonstram, em síntese, a permanência de resistência a mudanças, desconhecimento das bases legais e/ou bibliografias que possam amparar práticas pedagógicas voltadas para a ERER e ou modificação de posturas por parte de docentes que participaram das pesquisas. Esse cenário epistêmico reforça a necessidade de introdução e aprofundamento da ERER e do EHCAA ainda na formação inicial de professores, para um “[...] movimento de resistência e transgressão com a

possibilidade dos futuros professores identificarem de que forma a imposição do saber hegemônico e universal inviabilizou outras lógicas e saberes” (Rizzo; Marques, 2020, p. 16).

Ao tratar do olhar docente sobre as relações étnico-raciais em uma escola em Belém-PA, Barroso e Oliveira (2015) delimitam seu objeto de estudo a partir dos Estudos Culturais, onde emerge a necessidade da percepção dos múltiplos caminhos que levam à constituição da identidade dos sujeitos. Os achados, contudo, mostram que poucos professores estudaram a respeito da EREER, seja por terem se formado na época da pesquisa antes da lei 10.639/03 ou não buscaram saber da legislação que ampara o EHCAA. As autoras concluem que ainda estamos longe da consolidação da lei nº 10.639/03 de fato em nosso país.

Gatinho (2017) tem como objeto de estudo as práticas do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas do Acre. O autor parte da pergunta sobre como essas escolas estão incluindo o EHCAA nas suas práticas como delimitador do seu objeto de estudo. Os achados apontam para dois caminhos possíveis dessa implementação. O primeiro se refere a uma abordagem folclorizada, superficial e momentânea restrita às datas comemorativas como o 13 de maio e o 20 de novembro. O segundo caminho dialoga com a percepção de alguns docentes como a legislação sendo um caminho de renovação das práticas de ensino, oposto ao ensino tradicional e como base para uma reciclagem da própria profissão.

Por fim, Ferreira (2021) aborda em seu trabalho as Práticas Docentes em Juiz de Fora (MG). A delimitação do objeto ocorre a partir da pesquisa bibliográfica e das opções teóricas. Quanto à pesquisa bibliográfica, o autor traz pesquisadores que constatarem a tese de Juiz de Fora como uma cidade com um passado com profundas bases escravistas que legou, por sua vez, flagrante desigualdade social e racial. Tais fatores seriam motivadores suficientes para, em diálogo com a legislação, motivar práticas de EREER e resgate da memória.

De acordo com Santos e Coelho (2012, p. 34), a relação entre legislação antirracista e história e cultura afro-brasileira e africana “[...] reconhece a urgente necessidade de resgate dos valores identitários africanos e das contribuições dos afrodescendentes ao processo de formação da sociedade brasileira, sobretudo no âmbito da educação”. Desse modo, a memória se torna um dispositivo de construção de narrativas voltadas a diversidade étnico-racial e de produção do conhecimento científico em bases bibliográficas sobre o EHCAA.

Contudo, o cenário encontrado por Ferreira (2021, p. 2) destoa bastante do proposto pela legislação analisada, bem como da bibliografia com pressupostos interseccionais:

[...] percebe-se que nos dias de hoje existe uma política de incentivo para a preservação da memória destes de origem europeia em celebrações anuais e festas.

Com a presença da escravidão novecentista na localidade, há no tempo presente um não reconhecimento ou uma tentativa de silenciar ou invisibilizar a presença negra no processo de desenvolvimento da localidade.

Tal aspecto, contudo, não deve servir de imobilismo para a prática docente. Após o levantamento de autores que discutem sobre a importância da escravidão na formação da sociedade de Juiz de Fora, Ferreira (2021, p. 3) aborda sobre a Proposta Curricular para o Ensino de História da Secretaria de Juiz de Fora. Segundo o autor, tal proposta surge para questionar a “linearidade e o volume de informações” (Ferreira, 2021, p.3) que estavam ocorrendo na grade curricular da disciplina. A proposta, elaborada coletivamente segundo o autor, procura garantir a autonomia da atuação do professor no processo formativo ao mesmo tempo em que pressupõe o incentivo à pesquisa para a construção de sua prática docente.

Marques (2019) aborda o uso da Literatura Africana e Afro-brasileira como instrumento didático para a EREER partindo de uma experiência enquanto docente que resultou em sua dissertação de mestrado junto ao então à época Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET- RJ) A experiência que buscou abordar o uso do livro *Lendas de Exu* foi entrecortada pela repressão da direção da instituição onde a autora trabalhava e a luta judicial de Marques (2019) pela afirmação da legalidade e pertinência de sua abordagem pedagógica. Os achados da autora, mostram que mesmo com sólida e vasta legislação e bibliografia amparando as práticas pedagógicas voltadas para a EREER a intolerância por parte de alguns educadores ainda é uma barreira para a concretização do direito à educação e do combate ao racismo.

A situação relatada pela autora se conecta diretamente com os achados de Machado (2015). Assim como Machado, Marques (2019) nos mostra a perpetuação de discursos preconceituosos sobre a realidade. Os dados contextuais nos permitiram perceber que a intolerância religiosa, aliada a uma voluntária não busca por formação docente, tornam mais difícil o processo de implementação da lei nº 10.639/03 e da EREER para o EHCAA.

A literatura africana para Marques (2019) além de importante recurso didático para a promoção da EREER também funciona enquanto ferramenta de combate ao racismo. Seguindo os pressupostos da Lei nº10.639, DCNERER e o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Marques (2019) aponta caminhos metodológicos quanto a uso das narrativas do livro *Lendas de Exu* para romper estereótipos, atentar para o multiculturalismo na tentativa de junto aos seus estudantes construir as bases

para uma EREER focada em romper com estereótipos e atentando para a alteridade e respeito ao outro.

Perfazendo esses caminhos, Marques (2019) nos mostra que, embora seja possível utilizar metodologicamente os recursos disponibilizados pela própria escola em que trabalha, o impeditivo para a consolidação da EREER pode acabar por ser oriundo os próprios profissionais que deveriam ser responsáveis por colaborar junto aos docentes pela a sua implementação (Marques, 2019. p.6).

Em síntese, os trabalhos possuem aproximações e diferenças notáveis que vão além do fato de pertencerem ao mesmo Grupo de Trabalho da ANPED. A escolha pelos estudos culturais enquanto abordagem teórica e da análise qualitativa enquanto abordagem metodológica estiveram presentes na maior parte dos trabalhos. Com isso, notamos a busca por ressaltar as vozes dos sujeitos e a partir deles tecer as considerações foram abordagens comuns encontradas nos trabalhos mapeados.

Quanto à delimitação dos objetos, os trabalhos de todas as categorias buscaram um estreito diálogo com a lei nº 10.639/03, sólida pesquisa bibliográfica sobre o tema e delimitação teórica para que o recorte da pesquisa e análise pudessem ser feitos. Dado ao caráter nacional da lei e de diversos documentos que embasam a necessidade da EREER conseguimos notar a pluralidade de abordagens sobre o EHCAA para a EREER.

Quanto aos achados, estes variaram entre as categorias, mas coadunam em um ponto em comum em diversos trabalhos de forma mais enfática: a necessidade da busca constante por combater o racismo, o preconceito e dialogar com a busca por uma capacitação sólida dos docentes de maneira a desconstruir estereótipos e tornar a EREER uma realidade, mesmo 22 anos após a promulgação da lei 10.639/03.

Na categoria *Implantação da Lei nº 10.639/03* o principal obstáculo levantado por parte dos autores (Oliveira, 2013; Machado; 2015; Reis; Silva 2015; Gaudio; Machado, 2019) para a implementação do referido dispositivo legal e documentos correlatos a ele vem a ser a formação dos professores, seja na graduação ou pós-graduação como também na atuação profissional enquanto formação continuada. Apesar do primeiro trabalho estar há 10 anos da promulgação da lei e o último fechando o decênio de nossa análise fazendo uma síntese dos trabalhos com foco no multiculturalismo (Costa; Carvalho; Ivenicki, 2023) permanece o *status* de um EHCAA e uma EREER “do porvir”.

Os trabalhos das categorias *Perspectivas dos estudantes* e *Práticas docentes* nos mostram no primeiro caso abordagens de uma realidade possível mediante o instrumental disponível para a promoção da EREER como possibilidades para a transformação da realidade

por meio do combate de estereótipos e da ignorância (Almeida e Saravali, 2015; Nascimento 2019) e no segundo caso alguns dos principais entraves na prática docente para a consolidação do EHCAA e ERER: o racismo, intransigência ou desconhecimento voluntário por parte de alguns professores (Barroso; Oliveira, 2015; Gatinho, 2017; Marques, 2019; Ferreira, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico deste trabalho permitiu que conseguíssemos analisar o estado do conhecimento sobre o EHCAA no GT 21 da ANPED. Dialogando com Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), foi notável a influência de fatores governamentais e de políticas públicas no direcionamento e ampliação da produção sobre o tema no grupo de trabalho 21 da ANPED. Essa relação se refletiu no aumento da produção ao longo do decênio de nossa análise, bem como no silenciamento durante o período pandêmico.

Á partir da catalogação dos trabalhos, conseguimos contemplar o nosso primeiro objetivo específico. Percebemos que embora a temática seja abordada por acadêmicos oriundos das cinco regiões do Brasil junto ao GT-21 da ANPED, ainda persistem os seguintes fatores: concentração de trabalhos na região Sudeste, baixo número de trabalhos que contam com parceria de fomento e poucos trabalhos sobre a temática durante o período de 2021-2023.

Vislumbramos a necessidade de uma maior mobilização por parte dos profissionais no sentido de uma cobrança mais efetiva quanto a uma melhor distribuição e aplicabilidade dos recursos destinados a pesquisa e reforço junto aos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) das IES e a ANPED para o constante reavivamento do debate sobre o EHCAA. Afinal, segundo as proposições dos próprios trabalhos pesquisados, esse ainda vem a ter uma implantação do “por vir”.

A partir do Estado do Conhecimento enquanto teoria e metodologia de análise conseguimos efetuar a categorização dos trabalhos levantados em três categorias: Implementação da Lei 10.639/03, Perspectivas discentes e Práticas Docentes. O processo de categorização permitiu que enxergássemos as aproximações e distanciamentos teóricos entre os trabalhos. A opção pela abordagem qualitativa, entrevistas e intervenções pedagógicas, bem como no campo teórico o recurso aos estudos culturais revelou, por parte dos pesquisadores, uma preocupação genuína com a mudança da realidade posta, ao mesmo tempo em que há uma permanência de um imobilismo e dificuldade de implementação da lei 10.639/03 por parte dos docentes, profissionais responsáveis juntos com outros da área da

Educação nas escolas pela consolidação dos dispositivos legais referenciados ao longo do texto.

Apesar da permanência problemática de práticas racistas por parte de alguns docentes, conforme pontuado de forma enfática na terceira categoria, “Práticas Docentes”, a segunda categoria nos mostrou a partir dos achados das autoras, que a intervenção pedagógica aponta para caminhos frutíferos pautados pela desconstrução de preconceitos sobre o EHCAA ao mesmo tempo em que buscamos partir do conhecimento do aluno acerca da realidade para o processo de construção de um novo conhecimento tendo por fundamento a ERER.

O terceiro objetivo específico, analisar o estágio atual do conhecimento a respeito do EHCAA nos anos de 2013 e 2023, nos permitiu observar que há um predomínio dos estudos culturais enquanto corrente teórica por parte dos trabalhos. A própria perspectiva, segundo os autores analisados, dialoga com a legislação sobre o tema bem como a intencionalidade das práticas docentes quando exitosas no sentido de promover a ERER. Embora a ANPED, notável base de referência sobre pesquisa em Educação em nosso país, já se debruce sobre o tema há mais de 20 anos, o que conseguimos perceber é que o EHCAA para a ERER ainda se constitui em processo de consolidação.

Quanto às lacunas notadas nos trabalhos, podemos perceber em dois deles (Gaudio, 2015; Ferreira, 2021) a ausência de uma abordagem que contemplassem a aplicação das matrizes curriculares propostas nos municípios onde as pesquisas foram desenvolvidas. Embora nos dois casos citados foram feitas referências quanto a elaboração coletiva de dispositivos com o intento de nortear a ERER, o debate seria melhor aprofundado com a continuidade da abordagem sobre a aplicabilidade desses dispositivos pelos docentes e sistemas de ensino.

As possibilidades de pesquisas futuras sobre a temática residem na constante observância a ser feita quanto a aplicabilidade da lei 10.639/03 e do EHCAA para a ERER. Desdobramentos dessa temática podem ser desenvolvidos em âmbito local, estadual ou nacional, no sentido de perceber como essa implementação ocorre, como fatores políticos e econômicos afetam essa implementação, como a ascensão de grupos neopentecostais pode ser um empecilho para a promoção das ERER em nosso país, como as infâncias e o currículo, em suas dinâmicas e silêncios podem dialogar com o EHCAA são apenas algumas das possibilidades de pesquisa.

As possibilidades de pesquisas futuras são as mais diversas e não se encerram nessas considerações finais. A revisita do conhecimento, bem como sua discussão e ampliação promovem um cenário frutífero para a busca pela consolidação do direito a educação em

nosso país. Tarefa essa que, segundo os autores pesquisadores, é árdua e constante, mesmo hoje mais de 22 anos após a promulgação da lei 10.693/03.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizângela Áreas de Almeida; SARAVALI, Eliane Giachetto. Construção de concepções étnico-raciais em sala de aula. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº37, 2015, Florianópolis-SC, **Anais de Trabalhos Completos**. 18pp. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4393.pdf>

Acessado no dia 01 de agosto de 2025, às 15:00h.

BARROSO, Gisele Nascimento; OLIVEIRA, Ilka Joseane Pinheiro. O olhar docente sobre educação das relações étnico-raciais: fios e tramas do imaginário social de professores em Belém do Pará. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº 37, 2015, Florianópolis-SC, **Anais de trabalhos completos**. 18pp. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4338.pdf>

Acessado no dia 01 de agosto de 2025, às 15:00h.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc2datvr>. Acessado no dia 25 de julho de 2025 às 16h.

BRASIL, Ministério da Educação. SECADI. Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc2datvr>. Acessado no dia 25 de julho de 2025 às 16h.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**. 10 de janeiro de 2003. Seção1,

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº9394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**. Brasília, de 11 de março de 2008, seção 1, p.1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília de 23 dezembro de 1996. Seção 1. P. 27839. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 28 fev. 2025.

BRAÚNA, Carla Jeane Duarte; SOUZA, Davison da Silva; SOBRINHA, Zélia Maria Lemos. Letramento racial: ações para a construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1–10, 2022.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BRITO, Nicelma Josenilda Costa de. Dez anos da Lei n. 10.639/2003 e a formação de professores e relações *raciais* em artigos (2003/2013): um tema em discussão. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 19-42, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6358>. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, Raquel Amorim; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. História e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: mito ou realidade? **Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As**, n. 3, v. 7, 29–51, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/361>. Acesso em: 19 set. 2025.

CORRÊA, Antônio Matheus do Rosário. **Representações sociais de crianças negras sobre a (in)visibilidade negra em pesquisas científicas na Amazônia brasileira**. 2022. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1qJlZPlmCsf420Ti3y8bqkLsil1VfHDvN/view>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CORRÊA, Antonio Matheus do Rosário; SANTOS, Raquel Amorim dos; PACHECO, Agenor Sarraf. Crianças negras e estudos culturais: o Estado da Arte em periódicos brasileiros (2010-2020). **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 1-27, jan./jun., 2022. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1863>. Acesso em: 19 set. 2025.

CORRÊA, Antonio Matheus do Rosário. Planejamento educacional e Educação para as Relações Étnico-Raciais: experiências formativas em curso de Pedagogia da UFPA – Campus Bragança. **Cadernos da Pedagogia**, v. 18, n. 40, p. 328-337, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/2018>. Acesso em: 19 set. 2025.

COSTA E SILVA, Alberto. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2003.

COSTA, Clarissa Thaís Lima da; CARVALHO, Érika Loureiro de; IVENICKI, Ana. GT 21 da ANPed e ABPN: um olhar para os 20 anos da lei 10.639/03. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. Nº 41, 2023, Manaus-AM, **Anais de Trabalhos completos**. 6pp. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_0_40. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

DELLAGOSTIN, Odir Antônio. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuições de agências federais e estaduais. **Revista Inovação e Desenvolvimento**. Vol 2, nº06, 2021.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Luan Pedretti de Castro. Memória da Escravidão e Ensino de História Local: práticas docentes com relação à presença da população Negra. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº40, 2021, Belém-PA, **Anais de trabalhos completos**. 5pp. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_26_19. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso; SANTOS, Márcio André Oliveira dos. O mito da democracia racial, o ensino de História e Culturas africanas e afro-brasileiras. In: **A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p. 183–196.

GATINHO, Andrio Alves. Práticas do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em escolas públicas do Acre. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº38, 2017, São Luís-MA, **Anais de Trabalhos completos**. 16pp. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT21_524.pdf Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

GAUDIO, Eduarda Souza; CARVALHO, Thaís Regina de. Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº39, 2019, Niterói-RJ, **Anais de Trabalhos completos**. 7pp. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_4. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 23–38.

MACHADO, Sandra Maria. Cotidiano Escolar/ (Re)trato social: curriculando as relações raciais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº37, 2015, Florianópolis-SC, **Anais de Trabalhos Completos**, 12pp. Disponível em: <https://www.anais.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4291.pdf> Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

MAFRA, Johnny José. **Ler e tomar notas: primeiros passos da pesquisa bibliográfica: orientação para produção de textos acadêmicos**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007.

MARQUES, Maria Cristina. As literaturas africanas e Afro-brasileiras – o desafio da aplicabilidade da lei 10639/2003 de levar o leitor a uma viagem com os personagens deuses afros. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº39, 2019, Niterói- RJ, **Anais de Trabalhos completos**, 9pp. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_2. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

MENÉNDEZ, Larissa Lacerda; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; DIAS, José Alves. A Lei 11.645/08 e suas implicações na prática docente da Educação Básica. **Arquivos do CUID**, v. 9, n. 1, jan./jul. 2021.

MOLINA, Thiago dos Santos. A Didática da dupla consciência e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº36, 2013, Goiânia – GO, **Anais de Trabalhos completos**. 18pp. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt21_trabalhos_pdfs/gt21_3444_resumo.pdf Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, n. 36, v. 105, p. 117-129, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008>. Acesso em: 19 set. 2025.

NASCIMENTO, Sueli do. Práticas Pedagógicas: diálogo intertextual entre linguagens culturais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº39, 2019, Niterói- RJ, **Anais de Trabalhos completos**, 9pp. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

OLIVEIRA, Leunice Martins de. Educação e Cultura Negra: fortalecimento de identidades e direitos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº 36, 2013, Goiânia-GO, **Anais de Trabalhos completos**. 13pp. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt21_trabalhos_pdfs/gt21_3215_resumo.pdf Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; SILVA, Christian Luiz da; LIMA, Milton César; QUEIROZ, Jamerson Viegas; BARCHE, Carmen Kistemacher; FUROKAWA, Marciano; Diego Derick Oliveira; COSTA, Wecley Soares de Souza. Pandemia de Covid-19 e os impactos nas atividades acadêmicas no Brasil. **Studies in Education Sciences**. Curitiba. v.3, nº1. P.61-85. Jan-mar.2022

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Maria da Conceição dos; SILVA, Auxiliadora Martins da. A lei nº 10.639/03 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, nº37, 2015, Florianópolis-SC, **Anais de Trabalhos completos**. 18pp. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-3994.pdf>. Acessado no dia 01 de Agosto de 2025, às 15:00h.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; MARQUES, Eugênia Portela Siqueira. O deslocamento epistêmico trazido pelas DCNERER e a formação inicial de professores. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-19, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v29/2238-2097-REPUB-29-e8952.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

RODRIGUES, Leandra A.M.S. BARBOSA, Mayara Lustosa de Oliveira; RIBEIRO, Cristiane Maria. Mapeando a Pesquisa em Educação das Relações Étnico-Raciais. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo. v.52. 2022

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa educacional**: quantidade e qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Elizabete Figueiroa dos; PINTO, Eliane Aparecida; CHIRINÉIA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949–967, jul./set. 2018.

SANTOS, Márcio André Oliveira dos. Por uma pedagogia antirracista na educação. *In: A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p. 45–66.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa; COELHO, Wilma Baía de Nazaré. História da África e dos africanos na educação: mito ou realidade nos 10 anos da Lei nº 10.639/03. *In: A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p. 107–145.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **(In) visibilidade negra**: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA). 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2132>. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, Raquel Amorim dos; COELHO, Wilma Nazaré Baía. Política curricular e relações étnico-raciais: o estado da arte nas produções da ANPED. **Revista ABPN**, v. 8, n. 20, p. 111–134, jul./out. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às Teorias do Currículo. 2ª edição, 9ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156pp.

SOUZA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64–83.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.